

\UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACC

MARIA JULIA CRUZ ESTEVES DE SÁ

**EVOLUÇÕES DA NORMA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E O IMPACTO NO
SETOR AÉREO BRASILEIRO:
UM ESTUDO DO IFRS 16**

RIO DE JANEIRO

2018

MARIA JULIA CRUZ ESTEVES DE SÁ

EVOLUÇÕES DA NORMA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E O IMPACTO NO
SETOR AÉREO BRASILEIRO:
UM ESTUDO DO IFRS 16

Monografia apresentada à Universidade Federal
do Rio de Janeiro como um dos pré-requisitos
para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof.^a Natan Szuster

RIO DE JANEIRO, 2018

Dedico este trabalho à minha família, amigos, namorado e especialmente à minha mãe, que foi a grande incentivadora e responsável pelo meu ingresso na Universidade e que sempre me apoiou e me ensinou o valor do estudo e comprometimento.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus que sempre esteve em minha vida e por me guiar em todos os meus caminhos e a Jesus, meu irmão e minha grande inspiração no planeta Terra.

A minha mãe, Magaly Cruz Esteves de Sá, por sempre me incentivar, pelo seu amor, carinho e companheirismo em todos os passos que dou na minha vida.

Ao meu já falecido pai, pelo apoio e carinho no início da minha caminhada e pela luz que transmite mesmo que em outro plano.

Aos meus irmãos, Miguel Cruz e Gabriel Cruz por estarem sempre me apoiando na conclusão do curso e nos passos importantes da minha vida.

Ao meu namorado por estar sempre comigo, me apoiando e me fortalecendo emocionalmente.

As minhas amigas para sempre por estarem sempre ao meu lado me apoiando e torcendo pelo meu sucesso.

Aos meus colegas de curso e companheiros de carreira, por estarmos sempre lado a lado.

“O futuro pertence àqueles que se preparam hoje para ele.”

Malcolm X

RESUMO

A nova norma contábil com previsão de implementação em 1º de janeiro de 2019 tem o efeito de modificar de forma substancial a contabilização de arrendamentos nas em Demonstrações Contábeis das entidades arrendadoras. A norma determina que os arrendamentos até então caracterizados como operacionais, que atualmente são contabilizados apenas com efeito em Resultado sejam em 2019 refletidos em seus balanços, gerando direitos e obrigações. Essa alteração considera que se há na operação a transferência do direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, há, para a empresa arrendatária o direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento. Há impactos nos indicadores de desempenho EBIT/EBITIDA, índices de endividamento, e outros parâmetros relevantes.

A discussão principal do tema é focada na definição, ao invés da classificação de um contrato de arrendamento. (melhorar)

Muitas mudanças em diversos setores da indústria são esperadas, visto que esta alteração muda a forma como é reconhecido o arrendamento.

Analisaremos neste trabalho o impacto desta mudança especificamente em duas nas companhias do setor aéreo brasileiro.

Palavra-chave: IFRS 16; Arrendamento Operacional; Balanço Patrimonial; Companhias aéreas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro A – Dados Azul.....	17
Quadro B – Dados Gol.....	18
Quadro C – Informações por grupo, Azul.....	19
Quadro D – Cálculo dos índices, Gol.....	19
Quadro E – Cálculo dos índices – Azul.....	20
Quadro F – Cálculo dos índices – Gol.....	20

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	9
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	11
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	11
1.5 DELIMITAÇÃO E LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 NORMA VIGENTE – CPC06/IAS 17.....	12
2.2 ESTUDOS SOBRE O TEMA.....	13
2.3 - MUDANÇAS: IAS 17 x IFRS 16.....	14
3 ESTUDO.....	16
3.1 - DADOS DAS CIAS – AZUL E GOL.....	17
3.2 - ÍNDICES FINANCEIROS.....	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
5 REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

A todo instante é possível notar inovações de todos os tipos em nosso universo multidisciplinar, a contabilidade é mais uma área que se mantém em constante evolução. A adoção de novas normas e aprimoramento de antigas são práticas comuns nos órgãos emissores das regulamentações das práticas contábeis internacionais, normas estas que norteiam as utilizadas em território brasileiro.

As normas internacionais de contabilidade, que servem de base para elaboração das demonstrações contábeis, são emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board). Essas normas são denominadas IFRS (International Financial Reporting Standard) e de IAS (International Accounting Standard). No Brasil essas normas internacionais de contabilidade são emitidas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (ALMEIDA, 2014).

1.1 - TEMA E PROBLEMA

Com o objetivo de correlacionar as normas contábeis brasileiras às internacionais, foi emitido o Pronunciamento CPC 06 (R2)– Operações de Arrendamento Mercantil, baseado no IAS 17 do IASB, aprovando e tornando obrigatório para as companhias abertas e para demais profissionais das entidades não sujeitas a alguma regulamentação específica. (FIPECAFI, 2010, p.254)

O novo padrão da contabilidade de arrendamento mudará fundamentalmente a contabilização das empresas arrendatárias e terá implicações informacionais significativas. Quase todos os arrendamentos deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial, como um Direito de Uso, e como contrapartida um passivo será constituído. (DOLAN, 2016)

A norma vigente foi muito criticada por não oferecer aos usuários das demonstrações contábeis uma clara percepção dos ativos e passivos em poder de cada empresa. Um estudo do IASB estima que cerca de 30 mil companhias listadas em bolsa de valores de todo o mundo que reportam suas demonstrações de acordo com o padrão IFRS ou US GAAP (padrão americano de contabilidade) possuem cerca de US\$ 3,3 trilhões de compromissos de arrendamento, dos quais 85% não são registrados no balanço por serem classificados como operacionais. (SOUZA, 2017).

Pouco mais de um terço da frota mundial de aeronaves comerciais operava em 2013, nas empresas aéreas, sob o regime de leasing operacional. Como a maioria das companhias aéreas passou a fazer leasing para toda a sua frota ou parte dela, as aircraft leasing companies (ALC) se tornaram importantes atores (players) do setor. (BNDES, 2012)

Conforme visto acima, o setor aéreo, deverá ser um dos setores mais afetados pela mudança na contabilização de Leasing, haja visto o cenário atual do setor e as mudanças propostas no IFRS 16.

Diante das condições explicitadas acima, o trabalho em questão tem o objetivo de identificar qual o impacto efetivo na estrutura patrimonial e nos indicadores financeiros após as mudanças do IFRS 16 das companhias brasileiras de capital aberto do setor aéreo.

É importante esclarecer que as novas normas do IFRS 16 entrará em vigor em 2019, mas seus efeitos podem ser ponderados.

Por se tratar de um assunto recente e de grande interesse dos gestores, contadores, estudiosos e investidores, o trabalho ganha relevância, visto que, irá nortear os possíveis impactos na classificação e ajudará aos administradores a tomada de possíveis decisões sobre o assunto.

A questão principal a ser abordada é: **Qual o impacto da aplicação do IFRS 16 nas companhias aéreas através da análise dos índices financeiros?**

1.2 – OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O trabalho pretende observar o comportamento dos índices financeiros/econômicos das companhias aéreas com a aplicação do novo IFRS 16 sobre as operações existentes de leasing considerados operacionais, com o fim de demonstrar o impacto, de forma genérica, desta mudança na norma contábil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Expor as principais mudanças da norma presente CPC 06 versus IFRS 16. (CPC 06-R2)
- Citar e descrever as notas explicativas existentes sobre o tema nas companhias Azul S.A e GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A
- Realizar uma análise dos índices e mudanças de valores, decorrentes da aplicação da nova norma contábil.

1.3 – JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O trabalho ganha relevância devido à dificuldade de literatura sobre o assunto, pois trata-se de uma mudança recente na norma, publicada em 2016 e que ainda será aplicada, em 2019. É de suma importância para gestores, contadores, estudiosos, que informações sobre a mudança prática da norma no dia a dia, seja divulgada. Através da análise e reprodução dos dados à luz da nova norma será procurado nortear, mesmo que minimamente, os possíveis impactos da mudança. A vantagem principal do estudo é contribuir na produção de uma maior literatura e fontes de pesquisa das mudanças práticas nas demonstrações contábeis e procurar influenciar, na tomada de decisão de algumas companhias.

1.4 – METODOLOGIA DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos deste estudo será utilizada a natureza da pesquisa exploratória e descritiva, sendo, a primeira em razão de que a comunidade de contadores ainda está se familiarizando com o tema e sua aplicabilidade prática no dia a dia e descritiva por que também

se trata de uma pesquisa cujo o principal objetivo é o de descrever uma situação e relacionar com a norma que entrará em vigor em 2019.

A fonte é secundária e primária, visto que houve busca em fontes primárias através da norma original do IFRS e fontes secundárias através de leitura de artigos, livros e interpretações da norma. Os resultados foram tratados de forma quantitativa, onde foram traduzidos os resultados das simulações de aplicação da norma nas empresas analisadas com conclusões objetivas de seu impacto.

1.5 – DELIMITAÇÃO E LIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa fica restrita ao setor aéreo brasileiro, especificamente a cias: Azul S.A e Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A, em virtude da disponibilidade dos dados, abrangência de atuação e relevância do impacto. Iremos utilizar os dados contábeis da Azul e da Gol que constam nas Demonstrações Financeiras de 2017 e aplicar a nova norma contábil de arrendamento que está descrita no IFRS 16.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, buscou-se informações para que se pudesse sustentar o estudo e se chegasse às conclusões. Sendo assim procurou-se apresentar informações de como a norma é aplicada hoje em dia referente aos arrendamentos operacionais e financeiros, em seguida analisou-se os estudos efetuados sobre o tema e ao final desta seção é realizada realizamos uma apresentação de como será realizado nosso estudo com base no contexto histórico atual de mudanças e os principais pontos de alteração.

2.1 - NORMA VIGENTE – CPC06/IAS 17

Atualmente, em 2018 o IAS 17 determina como é contabilizado o leasing e define o conceito de leasing, com o objetivo de determinar a política a ser seguida e o tratamento contábil aplicado.

A definição de arrendamento mercantil vigente até 31/12/2018, segundo o CPC 06 é: “é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado” (item 4, CPC 06 R1).

O arrendamento é dividido em dois tipos: financeiro e operacional. O primeiro é definido como sendo um arrendamento onde há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes ao domínio do ativo durante o período do contrato; já o arrendamento operacional é o arrendamento onde não há transferência substancial de riscos e benefícios inerentes ao domínio do ativo.

Na visão do arrendatário, podemos considerar que o arrendamento operacional deve ser reconhecido como uma despesa numa base de linha reta durante o prazo do contrato de arrendamento, ou utilizar outra base de reconhecimento mais aplicável para o caso do contrato. Já o arrendamento mercantil financeiro, na visão do arrendatário deve ser reconhecido com ativos e passivos no balanço pelo valor justo da propriedade ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil; estes valores são determinados no início do contrato de arrendamento. O arrendamento financeiro também gera uma depreciação, pois há, como vimos, um reconhecimento de ativos. Caso não houver certeza de que o bem será transferido para o arrendatário no fim do prazo do contrato, o bem deverá ser depreciado durante o prazo do contrato do arrendamento ou pela vida útil do ativo, dos dois o menor.

Na visão do arrendador, o arrendamento operacional deve ser registrado no ativo de acordo com a natureza do mesmo e a depreciação de acordo com a política normal aplicável de depreciação dos ativos imobilizados, e deve ser a mesma usada para os ativos de mesma natureza. A receita deve ser reconhecida de forma linear durante o prazo do contrato, a menos que outra base seja mais representativa. Já o bem submetido a arrendamento financeiro deve ser registrado nas demonstrações contábeis do arrendador como um recebível por um valor igual ao investimento líquido do arrendamento mercantil. A receita deve ser reconhecida como receita financeira e basear-se em uma taxa periódica constante sobre o investimento líquido.

Investimento líquido, segundo o CPC 06 (R2) é: O investimento bruto no arrendamento descontado à taxa de juros implícita no arrendamento. Além disso, define que: Os custos diretos iniciais, que não sejam aqueles incorridos pelos arrendadores fabricantes ou revendedores, estão incluídos na mensuração inicial do investimento líquido no arrendamento e reduzem o valor da receita reconhecido ao longo do prazo do arrendamento.

2.2 - ESTUDOS SOBRE O TEMA

Alguns estudos, durante a pesquisa, foram identificados, porém, todos apenas com suposições já que a norma ainda não foi aplicada nas empresas. A maioria dos estudos foram encontrados em inglês e a maioria efetuado pelas grandes companhias de auditoria externa do mundo. Segundo estudos da PwC Brasil de maio de 2017, denominado “IFRS Tempos de mudança: O que os Comitês de Auditoria precisam saber sobre mudanças contábeis decorrentes da adoção do IFRS”: A nova norma apresenta um modelo único de arrendamento mercantil, que representa uma mudança significativa em relação à contabilização atualmente usada no IAS 17.

Conforme site do IASB, podemos observar o avanço da norma durante os anos e o constante interesse e estudos realizados pela instituição para que a norma efetiva fosse formalizada e utilizada. Em 2006 a pauta foi adicionada à agenda de assuntos do IASB, logo em seguida, três anos depois, um documento foi elaborado o “Leases: Preliminary views published” onde os primeiros comentários sobre um único modo de registro de arrendamentos, como ativos e passivos, foi desenvolvido.

Entre 2010 e 2013 discussões foram feitas, reuniões e pautas elaboradas afim de definir como a contabilização de arrendamentos poderia gerar mais transparência nas demonstrações contábeis, e então, em 2016 o pronunciamento foi lançado pelo IASB com o objetivo principal de “estabelecer princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, com o objetivo de garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes que representem fielmente essas transações” (item 1, IFRS 16)

Segundo o ex-presidente do IASB, Sir David Tweedie “Uma das minhas grandes ambições antes de morrer é voar numa aeronave registrada no balanço patrimonial de uma companhia aérea”. Essa era, e é, o grande objetivo da mudança na norma, a transparência, clareza e uniformização das Demonstrações Contábeis. Em 2005 “...aproximadamente US\$1,25 trilhão em obrigações futuras originadas por arrendamentos operacionais... não eram reconhecidas nos balanços patrimoniais dos arrendatários...” (SEC, 2005).

Um levantamento feito pela Financial Times nos informa que a norma pode acrescentar cerca de 3 trilhões de arrendamentos aos balanços patrimoniais. O impacto da mudança é alto e gerará grandes alterações em KPIs (Índices de endividamento, EBIT/EBITDA e etc) das cias.

2.3 - MUDANÇAS: IAS 17 x IFRS 16

A norma que entrará em vigor dia 1º de janeiro de 2019, traz mudanças que “afetarão o modo como as companhias arrendatárias (aquelas que utilizam esse instrumento para incorporar ou utilizar determinados ativos) devem reconhecer e divulgar contabilmente seus contratos de arrendamento” (SOUZA, 2017)

Segundo o Pronunciamento CPC 06 (R2) já divulgado no site do CPC em 21/12/2017 há isenção de aplicação para o arrendamento que: (a) for de curto prazo; e (b) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

O novo Pronunciamento do CPC orienta que inicialmente é necessário identificar se há ou não um contrato de arrendamento e para isso, é necessário verificar se o arrendamento transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Ainda é necessário atualmente identificar os itens do contrato que representam um arrendamento e contabilizar como arrendamento separadamente dos componentes do contrato que não caracteriza um arrendamento. (CPC R2, 2017)

O *arrendatário* deve reconhecer na data do início do contrato um Ativo- Direito de Uso ao custo e o Passivo de Arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que deverão ser pagos no futuro.. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente.

Após a data de início do contrato o arrendatário deve mensurar o ativo de direito de uso, utilizando o método de custo, que é basicamente, segundo o CPC, o valor do bem ao custo subtraído de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável e corrigido por qualquer mensuração do passivo de arrendamento. Além disso, o CPC orienta que o ativo seja regido pelo CPC 27, bem como todos os requisitos da depreciação que este ativo irá seguir.

Em relação à apresentação das informações contábeis na visão do arrendatário é importante que ele divulgue em balanço patrimonial ou nota explicativa os ativos de direito de uso

separadamente dos outros ativos, se o arrendatário não o fizer separadamente no balanço patrimonial, deve-se (i) incluir os ativos de direito de uso na mesma rubrica que aquela em que os ativos subjacentes correspondentes seriam apresentados se fossem próprios; e (ii) divulgar quais rubricas no balanço patrimonial incluem esses ativos de direito de uso; (CPC R2, 2017)

Para os passivos de arrendamento eles também devem vir apresentados separadamente dos outros passivos, se o arrendatário não apresentar passivos de arrendamento separadamente no balanço patrimonial, o arrendatário deve divulgar quais rubricas no balanço patrimonial incluem esses passivos. (CPC R2, 2017)

O objetivo da divulgação é que os arrendatários divulguem informações nas notas explicativas, afim de que os usuários das demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira. (CPC R2, 2017)

Para o *arrendador* a modificação não foi muito significativa, ainda há a necessidade de classificação dos arrendamentos em operacionais e financeiros. A classificação, segundo CPC é basicamente a mesma: “O arrendamento é classificado como arrendamento financeiro se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. O arrendamento é classificado como arrendamento operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente”. A classificação entre um e outro será baseada na essência da transação e não necessariamente na forma do contrato.

Para os arrendamentos financeiros na data do início do contrato o arrendador deve reconhecer um ativo mantido em arrendamento no balanço patrimonial e também é necessário apresentá-los como recebível ao valor equivalente ao investimento líquido no arrendamento. Para um arrendamento operacional o arrendador deve reconhecer os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamento, como receita pelo método linear ou em outra base sistemática. O arrendador deve aplicar outra base sistemática, se essa base representar melhor o padrão em que o benefício do uso do ativo subjacente é diminuído.

O arrendador deve fornecer explicação qualitativa e quantitativa sobre as alterações significativas no valor contábil do investimento líquido em arrendamentos financeiros. Para o

arrendamento operacional, nos itens do ativo imobilizado sujeitos a arrendamento operacional, o arrendador deve aplicar os requisitos de divulgação do CPC 27. (CPC R2, 2017).

3. ESTUDO

Com base na identificação das mudanças ocorridas no CPC 06, com aplicabilidade em 2019, será efetuado em seguida o nosso estudo com base nos dados de duas companhias de aviação: Azul S.A e Gol Linhas Aéreas Inteligente S.A. As informações sobre as cias foram obtidas nas demonstrações financeiras publicadas na CVM e encontradas, também nos sites das respectivas companhias. Faremos um levantamento dos dados da companhia e iremos calcular os índices de Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido, Retorno dos Ativos ou Lucro sobre Ativo e EBITDA, vide a seguir.

3.1 - DADOS DAS CIAS – AZUL E GOL

Segundo dados da demonstração contábil de 31 de dezembro de 2017, a Azul, possuía 114 aeronaves classificadas como arrendamento operacional. Em 2017 esta despesa com as operações de arrendamento operacional da cia foi de R\$ 1,1 bilhões de reais. Abaixo, no quadro A, realizamos um comparativo entre a Demonstração Financeira com data base 31 de dezembro de 2017 com as premissas impostas no CPC 06 (R1) atualmente e ao lado comparamos os mesmos números, porém aplicando a norma do IFRS 16/ CPC 06 (R2), vide abaixo:



		2017 - CPC 06	2017 - CPC 06	
		(R1)	(R2)	
		R\$	R\$	Diferença
1	Total Ativo	8.622.445	17.016.945	-8.394.500
2	Total Passivo	7.313.214	15.707.714	-8.394.500
3	Total PL	1.309.231	1.309.231	0
Total		17.244.890	34.033.890	-16.789.000

Quadro A – Dados Azul

Fonte: Demonstração Contábil Azul 31/12/2017.

Legenda:

- 1 - No primeiro momento observe que há o total do ativo geral, porém, no momento CPC 06 (R2), há a adição dos valores informados na NE 25, referente a pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais, não canceláveis
- 2- Assim como há o input do valor que consta na NE 25, referente a pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais, não canceláveis no ativo, há também o input das informações no passivo, no mesmo valor.
- 3- O patrimônio líquido não é afetado pela alteração no CPC 06.

A Companhia Gol também foi comparada neste estudo. A cia arrenda toda a sua frota de aeronaves. Em 31 de dezembro de 2017 a frota total era composta por 119 aeronaves, dentre as quais 88 eram arrendamentos operacionais e 31 eram arrendamentos financeiros. Abaixo, no quadro B, realizamos um comparativo entre a Demonstração Financeira com data base 31 de dezembro de 2017 com as premissas impostas no CPC 06 (R1) atualmente e ao lado comparamos os mesmos números, porém aplicando a norma do CPC 06 (R2), vide abaixo:



		2017 - CPC 06 (R1)	2017 - CPC 06 (R2)	
Grupo		R\$	R\$	Diferença
1	Total Ativo	10.004.748	15.309.462	-5.304.714
2	Total Passivo	13.073.694	18.378.408	-5.304.714
3	Total PL -	3.480.959	-3.480.959	0
Total		19.597.483	30.206.911	-10.609.428

Quadro B – Dados Gol

Fonte: Demonstração Contábil Gol 31/12/2017.

Legenda:

1- No primeiro momento observe que há o total do ativo geral, porém, no momento CPC 06 (R2), há a adição dos valores informados na NE 27.1, referente a pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais, não canceláveis

2- Assim como há o input do valor que consta na NE 27.1, referente a pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais, não canceláveis no ativo, há também o input das informações no passivo, no mesmo valor.

3 O patrimônio líquido não é afetado pela alteração no CPC 06.

Ambas as cias possuem uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros muito parecidas, sendo um total de frota na Azul de 134 aeronaves e na Gol de 119. A distribuição é onde a diferença impera. A Azul possui 15 aeronaves a mais que a Gol e registra 85% de sua frota como arrendamento operacional já a Gol concentra 75% de suas aeronaves como arrendamento operacional. As cias atualmente possuem esta distribuição e os pagamentos futuros de arrendamento operacional têm valores muito maiores na Azul do que na Gol, sendo assim podemos notar que para a Azul o impacto da mudança de contabilização será consideravelmente maior do que na Cia Gol.

3.2 – ÍNDICES FINANCEIROS – AZUL E GOL

Afim de garantir uma comparabilidade maior entre as cias e o impacto da aplicação do novo método de contabilização dos arrendamentos mercantis iremos realizar o cálculo de alguns índices financeiros, como por exemplo: Imobilização do Patrimônio Líquido, Endividamento, ROA e EBITDA.

Para que os cálculos ofereçam maior clareza em seus resultados obtivemos alguns dados adicionais que usaremos como base, vide abaixo:

- Quadro C – Informações por grupo, Azul:

Item	Grupo de Contas	AZUL - Consolidado		
		CPC 06 (R1)	CPC 06 (R2)	DIFERENÇA
1	Ativo Permanente	3.491.754	11.886.254	- 8.394.500
2	Ativo Total	8.622.445	17.016.945	- 8.394.500
3	Passivo Circulante	3.330.863	7.154.207	- 3.823.344
4	Exigível a Longo Prazo	3.982.351	8.553.507	- 4.571.156
5	Patrimônio Líquido	1.309.231	1.309.231	-
6	Lucro Operacional	768.020	768.020	-

Legenda:

1- No CPC 06 (R1) houve a soma do total de Investimentos, Imobilizado e Intangível. Já no CPC (R2) o valor do Imobilizado foi acrescido pelo total do "Direito de Uso". O valor somado é o mesmo da diferença do ativo no "Quadro A" deste estudo.

2- O saldo do CPC 06 (R1) é o valor que consta na DF de 31 de dezembro de 2017. O valor do CPC (R2) é o valor referente ao ativo no "Quadro A".

3- O saldo do CPC 06 (R1) é o valor que consta na DF de 31 de dezembro de 2017. O valor do CPC (R2) é 45,55% do valor que consta "Quadro A", vide proporcionalidade entre Circulante e Não Circulante, na DF original.

4- O saldo do CPC 06 (R1) é o valor que consta na DF de 31 de dezembro de 2017. O valor do CPC (R2) é 54,45% do valor que consta "Quadro A", vide proporcionalidade entre Circulante e Não Circulante, na DF original.

5- O saldo do CPC 06 (R1) e do CPC (R2) é o mesmo que consta na DF de 31 de dezembro de 2017.

6- O saldo do CPC 06 (R1) e do CPC (R2) é o mesmo que consta na DF de 31 de dezembro de 2017.

- Quadro D – Informações por grupo, Gol:

Item	Grupo de Contas	GOL - Consolidado		
		CPC 06 (R1)	CPC 06 (R2)	DIFERENÇA
1	Ativo Permanente	4.944.385	10.249.099	- 5.304.714
2	Ativo Total	10.004.748	15.309.462	- 5.304.714
3	Passivo Circulante	5.750.045	8.083.153	- 2.333.108
4	Exigível a Longo Prazo	7.323.649	10.295.255	- 2.971.606
5	Patrimônio Líquido	- 3.480.959	- 3.480.959	-
6	Lucro Operacional	989.755	989.755	-

Legenda:

1- No CPC 06 (R1) houve a soma do total de Investimentos, Imobilizado e Intangível. Já no CPC (R2) o valor do Imobilizado foi acrescido pelo total do "Direito de Uso". O valor somado é o mesmo da diferença do ativo no "Quadro B" deste estudo.

2- O saldo do CPC 06 (R1) é o valor que consta na DF de 31 de dezembro de 2017. O valor do CPC (R2) é o valor referente ao ativo no "Quadro B".

3- O saldo do CPC 06 (R1) é o valor que consta na DF de 31 de dezembro de 2017. O valor do CPC (R2) é 43,98% do valor que consta "Quadro B", vide proporcionalidade entre Circulante e Não Circulante, na DF original.

4- O saldo do CPC 06 (R1) é o valor que consta na DF de 31 de dezembro de 2017. O valor do CPC (R2) é 56% do valor que consta "Quadro B", vide proporcionalidade entre Circulante e Não Circulante, na DF original.

5- O saldo do CPC 06 (R1) e do CPC (R2) é o mesmo que consta na DF de 31 de dezembro de 2017.

6- O saldo do CPC 06 (R1) e do CPC (R2) é o mesmo que consta na DF de 31 de dezembro de 2017.

Com base nos dados informados nos quadros acima, calculamos os índices financeiros e identificamos algumas informações relevantes, sempre comparando o CPC 06 (R1) com o CPC (R2), vide abaixo:

- Quadro E – Cálculo dos índices - Azul:

AZUL			
	CPC (R1)	CPC (R2)	Diferença
IMPL	266,70%	907,88%	-641,18%
Endividamento	5,586	11,998	- 6,412
ROA	8,91%	4,51%	4,39%

- Quadro F – Cálculo dos índices - Gol:

GOL			
	CPC (R1)	CPC (R2)	Diferença
IMPL	-142,04%	-294,43%	152,39%
Endividamento	- 3,756	5,280	1,524
ROA	9,89%	6,46%	3,43%

Analisaremos abaixo cada um dos índices comparando com cada companhia na situação com o CPC (R1) e o novo IFRS 16 descrito no CPC (R2).

Inicialmente podemos observar no quadro G e H o índice de **Imobilização do Patrimônio Líquido**, este índice tem como objetivo principal identificar o percentual do patrimônio líquido que se encontra aplicado no ativo permanente, segundo Matarazzo (1995, p. 164) “quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante”.

Na companhia Azul, podemos observar que ainda sob a regência do CPC 06 (R1), há 266,70% do patrimônio líquido aplicado nos ativos permanentes e com a aplicação do CPC (R2) este percentual aumenta em quase 650% e sobe para 907,88%, desta maneira, notamos que houve um aumento bastante significativo nos investimentos em ativos permanentes, devido ao aumento do grupo de imobilizado com o reconhecimento de novos ativos de direito de uso (A Azul possui apenas 14 aeronaves em 2017 com arrendamento financeiro). É possível que menos recursos

sobrem para aplicação no ativo circulante, levando muitas vezes, a companhia a endividar-se a curto prazo afim de honrar compromissos.

Comparando com a companhia Gol, notamos que o impacto é bem menor, visto que, em 2017 a cia já possuía 31 aeronaves classificadas como arrendamentos financeiros e 88 como operacionais, sendo assim, a diferença entre o índice calculado na situação da aplicação do CPC 06 (R1) e do CPC 06 (R2) é de 152,39%, em 2017 com 142,04% e em 2019, possivelmente, com 294,43%. Uma característica relevante deste índice na Gol é que a companhia possui seu patrimônio líquido negativo, devido, principalmente, ao seu prejuízo acumulado de 7 bilhões que apesar da queda em relação a 2016, mantém-se em 7 bilhões consequência, segundo o Presidente da Gol Paulo Kakinoff para o jornal Estadão em agosto de 2017, ao efeito negativo do câmbio.

Esta diferença brusca entre as duas cias, deve-se principalmente a quantidade de aeronaves já contabilizadas em 2017 como arrendamentos financeiros. A Gol tem um impacto menor neste índice do que a cia. Azul, a primeira possui apenas 26% de sua frota como arrendamento operacional e a última possui 10%. Ambas possuem imobilização do PL alta, porém o impacto com a aplicação da nova norma neste índice será menor na cia que possui menos aeronaves classificadas como arrendamento operacional atualmente.

O segundo índice analisado nesta pesquisa é o ***Índice de Endividamento***, este índice tem o objetivo de identificar o nível de comprometimento do capital próprio de uma empresa, se a utilização é maior de capital de terceiros ou capital próprio. Mostra-se através deste índice o grau de dependência da cia em relação ao capital de terceiros.

A Cia Azul possui 5,6 vezes da dívida maior que o patrimônio líquido. Este fato deve-se principalmente ao fato de 42% do seu capital da empresa pertencer à terceiros e apenas 8% representa o capital próprio, este número muda em pequena proporção quando comparamos com o cenário de aplicação do CPC (R2). Em 2019, no qual teremos, supostamente, 46% do capital da companhia pertencente a terceiros. A Azul é uma companhia bastante endividada no cenário atual de CPC 06 (R1) e aumentará consideravelmente em 6 pontos, sobrando seu endividamento, indo assim, para 12 vezes da dívida maior que o patrimônio líquido.

O principal item que torna a cia uma companhia bastante endividada, comparando com o mercado de aviação, é o fato da Cia obter bastantes empréstimos e financiamentos,

principalmente os destinados a arrecadação de capital de giro e arrendamento financeiro, conforme podemos observar na nota explicativa número dezoito da Demonstração Financeira da Azul e suas aberturas.

Em relação ao endividamento da Cia Gol, podemos notar que a empresa possui 3,8 vezes de sua dívida maior que o patrimônio líquido, atualmente, com a aplicação do CPC 06 (R1). Além disso, como já verificamos o patrimônio da cia está “virado”, devido à prejuízos constantes, durante os anos. A cia, portanto, apresenta índice de endividamento negativo. No momento da aplicação do CPC 06 (R2) o endividamento da cia aumenta em 1,5 vezes, indo para 5,3 vezes o patrimônio líquido.

Nota-se que a Gol possui mais de 67% de seu capital concentrado no capital de terceiros, o interessante é que este percentual é reduzido num segundo momento, que chega a 61% de participação do capital de terceiros. A maior concentração, nitidamente, acontece em empréstimos e financiamento que somando curto e longo prazo totaliza quase 7 bilhões, bem aproximado com o prejuízo atual da companhia. A composição do empréstimos e financiamentos da Gol está nos efetuados em moeda estrangeira e de longo prazo, além dos arrendamentos financeiros.

Comparativamente as duas cias estão com alto índice de endividamento, sendo a Gol com uma quantidade negativa de vezes maior de endividamento do patrimônio líquido do que a Azul. É importante notar que esta diferença está diretamente relacionada a quantidade de arrendamentos financeiros que serão reconhecidos em 2019 em seus balanços patrimoniais. Sendo 8 milhões na Azul e 5 milhões na Gol.

O terceiro índice que analisaremos neste trabalho é a **ROA (*Retorno sobre os Ativos*)**, este índice representa a capacidade da cia de gerar lucros com os ativos que possui, ou seja, o quanto a empresa é rentável.

Atualmente os acionistas da Azul possuem retorno de 8,91% de seus investimentos, ao compararmos o total de seu ativo sobre o total de seu lucro operacional. Com a aplicação do novo IFRS 16 a mudança será negativa para os acionistas que irão obter 4,51% de seus investimentos. Ao compararmos com a outra companhia analisada neste estudo, Gol, verificamos que a mesma, atualmente, com as normas do CPC 06 (R1) que disserta sobre arrendamento em

vigor, o retorno dos ativos é de 9,89%, consideravelmente maior do que o da sua concorrente, Azul. Com as novas normas do IFRS 16 o aumento percentual no retorno dos investimentos é reduzido em três pontos percentuais para 6,46%.

Ao compararmos o percentual de retorno dos investimentos de ambas empresas, notamos que com a aplicação do CPC (R2), haverá a redução do percentual de retorno de investimentos. Na Cia Azul a redução do retorno para investidores cai pela metade, já na Gol a redução é de um pouco mais que três pontos percentuais. Com o endividamento da cia e o aumento considerável de seu ativo não acompanhado pelo aumento do Lucro Operacional, é notório que os retornos sobre os ativos não se comportarão da mesma maneira.

O último ponto desta análise é sobre as mudanças que ocorrerão no **EBITDA** (A sigla corresponde a "*Earning Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*", ou seja, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), conhecido como LAJIDA no Brasil e representa quanto uma empresa gera de recursos com suas atividades operacionais, sem considerar impostos e outros efeitos financeiros. O EBITDA é muito utilizado pelos analistas e economistas do mercado, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio.

Para este índice não realizaremos cálculo, pois abriria margem para controvérsias, pois iríamos considerar supostos para as cias em análise e este não é o objetivo do trabalho. O mais importante aspecto do EBITDA nesta análise é que a Despesa de Aluguel que registrava os arrendamentos operacionais deixará de existir e abrirá espaço para o reconhecimento destes arrendamentos nos ativos e passivos em suas devidas proporções.

É importante a reflexão sobre o índice em questão. O EBITDA possui vantagens e desvantagens consideráveis quanto o analisamos. Diversos estudiosos do assunto, como o professor Eliseu Martins, nos alerta que é preciso “cuidado, muito cuidado com esse perigosíssimo conceito, denominado EBITDA”. O indicador não leva em consideração as cias que investem em ativos financeiros, além disso, a liquidez de uma empresa não pode ser analisada pelo EBITDA.

Com a saída das despesas de aluguel do resultado o EBITDA da cia irá elevado, mas gerará discussões, pois diretamente nada no dia a dia do negócio será alterado, apenas o modo de contabilização das aeronaves, isto influenciará uma opinião equivocada para os investidores que

não estiverem bem informados. A mudança de classificação contábil da atividade de arrendamento não aumentará a produtividade e eficiência do negócio, por este motivo, é preciso ter muita cautela ao utilizar-se deste índice econômico. É preciso ter discernimento e analisar a empresa em conjunto com outras premissas.

A análise dos índices deve ser utilizada de maneira conjunta para que uma conclusão sobre a saúde e previsões de uma empresa sejam cada vez mais precisos e melhores, por este motivo mais de um índice foi verificado neste trabalho.

O efeito de maneira geral, para as companhias aéreas será negativo no início, pois afetarão muito intensamente o ativo e passivo da companhia. As Cias precisam estar preparadas para apresentar da melhor maneira seus números, afim de garantir conforto e transparência para seus investidores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal identificar as principais mudanças no setor aéreo com a nova norma de IFRS 16 que entrará em vigor em 2019 no que diz respeito a contabilização de arrendamentos mercantis, através de índices econômicos/financeiros e comparando duas companhias (Azul e Gol), afim de explicitar os principais pontos em comum de alteração ou não.

Afim de atender o objetivo proposto realizou-se uma análise de notas explicativas das demonstrações contábeis de duas companhias de grande porte do Brasil, Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A e Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. Foi possível definir que ambas, em 2019, passarão por grandes mudanças relacionadas à aplicação do IFRS 16 / CPC (R2), que disserta sobre a nova contabilização dos arrendamentos operacionais, principalmente a Cia Azul que possui mais de 80% dos seus arrendamentos classificados como operacionais.

A aplicação do CPC (R2) acarretará em uma mudança na estrutura patrimonial das companhias que possuem arrendamento operacional, significativa. Um aumento dos Ativos e dos Passivos implicará numa elevação dos índices de endividamento e uma redução no índice de retorno dos ativos, a imobilização do patrimônio líquido será mais que duplicada.

Por se tratar de um assunto bastante recente, (há apenas 3 anos de publicação do IFRS 16), uma das limitações para a realização do trabalho foi a escassez de material apropriado para o estudo.

Com estas conclusões conseguimos responder com propriedade que a pergunta mote deste trabalho, sobre o impacto do novo IFRS 16 nas cias aéreas através da análise dos indicadores financeiros, foi respondida.

A sugestão final é que, nas companhias que são mais impactadas pela nova norma, haja a discussão sobre o tema, a revisão se contratos de arrendamento afim da definição da natureza daquele contrato, e, até mesmo a busca por profissionais especializados para esta análise, afim da companhia obter maior segurança e clareza na execução desta grande mudança contábil que já irá ocorrer em 01 de janeiro de 2019.

5. BIBLIOGRAFIA

AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A. **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31/12/2017**. Disponível em: <

http://ri.voeazul.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28 > Acesso em: 03 mai. 2018.

BARBOSA, A. S. M. L.; SILVA, M. M.; VARGAS, E. Tratamento Contábil do Arrendamento Mercantil “Leasing” segundo as Normas Internacionais - Ias 17. **Revista Organizações e Sociedade – Multidisciplinar**, Iturama, MG, v. 3, jan./dez. 2014.

BARBOSA, G.; BARROS, F.; NIYAMA J.; SOUZA, L. **Impacto da contabilização do leasing operacional no balanço patrimonial: o caso das Cias. aéreas brasileiras TAM e GOL**. Paraná, PR, jan/abr. 2011.

BNDES. **O financiamento a arrendadores de aeronaves – modelo do negócio e instrução à análise de risco do leasing automático**. Disponível em: <
<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1515/1/A%20mar3704O%20financiamento%20a%20arrendadores%20de%20aeronaves...P.pdf> > Acesso em: 03 mai 2018.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

DELOITTE. **Leases: A guide to IFRS 16. jun/2016**. Disponível em:
<<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/sg/Documents/audit/sea-audit-IFRS-16-guide.pdf> >. Acesso em: 16 abr. 2018.

DOLAN, F. BALANZS G. **In the Spotlight: An industry focus on the impact of IFRS 16 – Communications**. Disponível em: < <https://www.pwc.de/de/newsletter/kapitalmarkt/in-the-spotlight-communications.pdf> > Acesso em: 03 mar. 2018.

GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A. **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31/12/2017**. Disponível em: <
http://ri.voegol.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28 > Acesso em: 03 mai 2018.

IAS PLUS. *International Financial Reporting Standards 16*. Disponível em:
< <https://www.iasplus.com/en/standards/ifrs/ifrs-16> >. Acesso em: 05 mar. 2018.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2018, 3º edição.

KPMG. **IFRS 16 Arrendamentos: Uma análise fundamental do novo modelo contábil para arrendamentos.** Disponível em: <<https://home.kpmg.com/br/pt/home/insights/2018/01/ifrs-16-arrendamentos.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MARTORELLI, R.; MORAES W.; SALOTTI, B. M.. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS *versus* normas brasileiras.** Ernst & Young, FIPECAFI. São Paulo: v.12 Atlas, 2010.

PWC. **IFRS Tempos de mudança: O que os Comitês de Auditoria precisam saber sobre mudanças contábeis decorrentes da adoção do IFRS.** Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/F221_Tempos_de_mudanca_17.pdf> Acesso em: 05 mar. 2018.

SOUZA, A. **IFRS 16: NOVA NORMA ALTERA MODO DE CONTABILIZAR.** Disponível em: <<https://capitalaberto.com.br/canais/deloitte/ifrs-16-nova-norma-altera-modo-de-contabilizar-arrendamentos/#.Wz5BwdJKjIU>> Acesso em: 22 jun 2018.